



Relatório da Audiência Pública do texto base do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo

Local da Audiência Pública: Centro Universitário Toledo de Ensino (Presidente Prudente)

Data: 19/07/2017

Horário: 18h30 as 21h45.

Total de participantes: 7 (público externo) e 3 (organização)

Responsáveis: Márcia Guerra, Giovana Devito dos Santos Rota (defensora de Prudente), Davi Quintanilha Failde de Azevedo.

1. Desenvolvimento das atividades:

1.1. - Descrever como ocorreu o início da atividade (Houve composição de mesa? Com quais autoridades?)

Não houve composição de mesa ou presença de autoridades locais, mas a Defensora Giovana Devito, coordenadora da Edepe e da Unidade de Prudente apresentou a coordenação do PEEDH. Foi questionado como as pessoas haviam tomado ciência da audiência, sendo que um representante da Secretaria de Educação (diretora de ensino) recebeu a notícia via institucional. Foi informado que por estar em período de férias, os alunos dos grêmios estudantis não puderam comparecer. A defensora da Unidade de Presidente Prudente realizou uma apresentação do trabalho realizado pela Unidade e pediu que os presentes se apresentassem rapidamente. Foi feita uma fala sobre o papel da Defensoria na educação em direitos humanos, a articulação com movimentos sociais e as dificuldades de mobilização para eventos. Foi falado sobre as pré-conferências da Defensoria e apresentado o vídeo institucional sobre as Conferências.

A coordenadora Márcia fez uma apresentação do objetivo da audiência, conceituando o que é uma audiência pública. Os presentes se apresentaram de maneira mais detalhada, realizando um histórico de sua atuação (Coletivo Cultural Galpão da Lua, Diretoria de Ensino, Coletivo Enezinga Afro Brasil). Participaram da audiência professores, pedagogos, artistas, acadêmica de direito. Foi relatado o papel de cada movimento presente (combate à violência policial e com as crianças e adolescentes). Houve presença de um Major da Polícia Militar (chefe da divisão de ensino, professor de Direitos Humanos e polícia comunitária).

1.2. - Após a Leitura das orientações, houve questionamentos?

Foi feito o esclarecimento a respeito do termo de consentimento para uso de imagem. Foi explicado que os papéis distribuídos em branco servem para destaques de esclarecimento ou de ordem complementar. Esclareceu-se que serão feitas 22 audiências públicas e por isso foi explicado que haverá



muitas sugestões e por isso é importante estar tudo registrado por escrito. Foi explicado como os eixos foram divididos conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Foi questionado como o plano será efetivado, sendo explicado que haverá uma Comissão de Monitoramento do CONDEPE (Comissão de Educação em Direitos Humanos do CONDEPE).

1.3. - Apresentação da contextualização da elaboração do texto base do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo. Dúvidas e esclarecimentos.

O coordenador Davi apresentou o histórico de construção do PEEDH, bem como o vídeo das fotos de tal construção.

Foi questionado como o plano estadual de Direitos Humanos seria efetivado e de onde sairiam os recursos. Foi explicado que haverá discussões na ALESP nesse sentido. Foi reforçado o convite para a audiência pública na ALESP a ser realizada em setembro.

2. Apresentação dos eixos do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo:

2.1. - Educação Básica – contribuições

Diretriz 1

a) O termo a ser utilizado seria expulsão e não evasão, os negros e demais grupos indenteditários não são evadidos, mas expulsos das escolas. Caso não haja concordância com o termo expulsão, sugere-se “saída do processo de escolarização” no lugar do de evasão. **Proposta que obteve consenso entre os presentes.**

b) Objetivo 1, meta 1.1. – Constatou-se que os responsáveis não darão conta de tudo. Sugeriu-se acrescentar Secretaria Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo e DRADs (Diretoria Regional de Assistência Social). **Proposta que foi acatada por consenso.**

c) Objetivo 3 – os indígenas querem ser alfabetizados na língua materna e depois em português. Assim, a segunda língua deveria ser a língua portuguesa (conforme relato de indígenas colhidos por uma militante presente na audiência). Deverá ser refeita tal terminologia por questões históricas. **Tal proposta foi acatada por consenso.**

Diretriz 3 – Foi ponderado que a aquisição semestral não é possível, pois as compras são feitas com periodicidade maior (2 anos). A Coordenação esclareceu que o documento não trata da compra em si, mas da divulgação semestral das obras a serem adquiridas. Foi sugerida a exclusão de autores higienistas, mas tal proposta não foi acatada. Sugeriu-se que houvesse a aquisição de material didático



de autores que valorizem a cultura afro-brasileira e indígena. **Esta última proposta foi acatada por consenso.**

Diretriz 5 – Meta 7.3 – sugeriu-se que nos responsáveis seja acrescentada a Secretaria Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo, DRADs (Diretoria Regional de Assistência Social). **Esta proposta foi acatada por consenso.**

Questões técnicas de redação – no objetivo 8 e em outras partes do texto o correto seria questão “eticorracial” ou “étnicas e raciais” e não “étnico-racial” por causa do novo acordo ortográfico. Nos locais em que há termos no masculino, deveria ser flexionado o gênero (por exemplo, os/as egressos/as).

Esclarecimentos – sobre a realização de convênios entre Estado e Município (Meta 6.2), foi explicado que essa meta foi incluída porque o Plano é Estadual, mas é importante a participação dos municípios. Foi questionado como será feito com a questão orçamentária para essa meta, sendo informado que haverá discussão na ALESP. Esclareceu-se que a meta se volta a dar protagonismo aos municípios, mas que por ser um Plano Estadual, as obrigações ao município não poderiam ser consignadas de maneira direta.

2.2. - Educação Superior – contribuições

Diretriz 1 – meta 1 – na parte dos responsáveis deveria haver uma linha de financiamento (linha de pesquisa específica para isso), deveria incluir a CAPES entre parênteses após a menção ao MEC e incluir a FAPESP também. Assim, poderia ser repetido os responsáveis da Diretriz 2. **Esta proposta foi acatada por consenso.**

Diretriz 3 – objetivo 3 – poderia ser incluída a necessidade de presença de um(a) transexual para falar da questão de identidade de gênero, principalmente para esse grupo identitário. O ideal seria que as próprias pessoas dos grupos identitários falassem sobre seu próprio grupo. Deveria ser criada uma coordenação interesetorial, interligada, com representação integrada de grupos identitários (uma coordenação estadual) para pensar na política de Direitos humanos. No lugar das conferências, CONDEPE etc. pensarem a política, essa coordenação mais representativa poderia pensar na política. **Tal proposta foi acatada por consenso.**



Diretriz 4 - Sugestão - Criação de Mestrado e Doutorado com viés interdisciplinar. Proposta de formação que pudesse ter contribuição dos grupos identitários, não sendo tratados como objetos de pesquisas, mas que trabalhem em conjunto e como protagonistas na construção do conhecimento. Os grupos identitários querem participar da construção com os alunos. Não houve formulação de proposta, mas apenas consideração sobre a diretriz.

Esclarecimentos - Foi questionada a quantidade de palestras estabelecidas, pois seriam insuficientes. Foi explicado que as metas ainda são tímidas para que sejam de fato efetivadas num primeiro momento.

2.3. - Educação Popular em Direitos Humanos – contribuições

Não houve sugestões e/ou contribuições.

2.4. - Segurança Pública e Sistema de Justiça – contribuições

Diretriz 1 – foi ressaltada a importância da renovação dos currículos.

Diretriz 3, meta 3.1.

Considerações - O saber popular é muito importante, mas foi ponderado questão da quantidade de participação de pessoas de fora das instituições e os cursos fora das instituições. Foi perguntada qual a cientificidade da porcentagem de 1/3. O representante da polícia informou que há 73 horas aula, grande parte é tomada por aulas sobre os Procedimentos Operacionais Padrão, há uma grande quantidade de aulas para o Método Giraldi de progressão do uso da força.

Houve a sugestão de fosse feito um estudo para embasar cientificamente. Foi ponderado que não adianta ter o conceito se não vai ter o conhecimento prático a ser aplicado. Não foi sugerido outro parâmetro ou porcentagem.

Proposta – Em razão de não haver consenso pela retirada da porcentagem, houve consenso em se fazer um levantamento circunstanciado para justificar o parâmetro de 1/3, com base em alguma diretriz estabelecida por lei ou outro parâmetro. Esta proposta foi acatada por consenso.

Foi sugerida a Inclusão, dentre os responsáveis pelas ações em todo o eixo da segurança pública, o sistema prisional (SAP), uma vez que não há na cultura de Direitos humanos nos cursos ministrados para agentes penitenciários e a estrutura curricular é muito arcaica.

2.5. - Educomunicação: Educação e Mídia – contribuições



Foi ponderado e lamentado que não há fomento público para mídias alternativas.

Diretriz 2 – Meta 6.1 – foi ponderado que para os meios alternativos em que já há acesso, há o caráter de ser uma opção à grande mídia, mas o desafio é como apoiar o que já existe, como poderia ser feito esse apoio? Poderia ser feito um edital para ter acesso a equipamentos, auxiliar na divulgação. O apoio deveria ser no sentido de fornecimento de equipamento. Deveria ser traçada uma estratégia de apoio para esta finalidade e quais seriam as tarefas dos responsáveis para tanto. Não foi apresentada proposta concreta.

Diretriz 3 – Meta 8.1 – debateu-se há muita defesa da cultura de paz, mas isso não é possível atingir. No entanto deve haver uma construção de mediação do conflito (opinião pessoal de umas das participantes). Ponderou-se que deve haver explicação do que é cultura de paz no próprio documento. Foi ponderado também que não deve haver a cultura de ódio e o termo já estaria sendo usado nesse sentido. **Houve consenso da necessidade de conceituar o que é cultura de paz.**

Meta 9.1 – deveria ser sugerido para algumas universidades a gravação dos trabalhos acadêmicos que são financiados com recursos públicos (gravar em áudio o trabalho realizado para a população com deficiência visual ter acesso). Se há uma bolsa, como contraprestação será necessário fazer a gravação. **Houve consenso sobre tal proposta.**

3. Infraestrutura:

3.1. - Os equipamentos estavam adequados para audiência pública? Marque com x, quando houver concordância, e justifique o que não estiver adequado.

(X) sala adequada | (X) projetor multimídia | (X) som | (X) outros materiais. Quais? Tripé para o banner e havia identificação do auditório da audiência por meio de sulfite impresso em local visível.

Justifique:

4. Breve avaliação da atividade:

Apesar da pouca quantidade de participantes, estes foram bem representativos e apresentaram contribuições valiosas para os eixos. A leitura dos eixos foi cansativa, principalmente dos eixos de Educação Básica e Educomunicação, dada sua extensão, o que dificultou o desenvolvimento dos trabalhos.

5. Outras considerações:



Os destaques apresentados nas contribuições aos eixos foram aprovados por consenso. Em alguns momentos foi perceptível que os proponentes alteraram suas propostas de maneira a atingir o consenso.